



O Globo – 12 Dez 2003

## Setor elétrico tem novas regras

O novo modelo do setor elétrico, apresentado ontem pelo governo, busca reduzir as tarifas para o consumidor e, ao mesmo tempo, garantir investimentos para o setor. Pelas novas regras, as empresas distribuidoras só poderão comprar energia por licitação. Esta foi a fórmula encontrada para garantir um preço mais baixo para o consumidor, já que o valor dessa compra é repassado integralmente para a conta. Isso significa o fim da autocontratação, ou seja, as empresas ficam proibidas de comprar energia de companhias do mesmo grupo do seu controlador, com preços mais altos, e repassar o aumento para o consumidor.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou duas medidas provisórias (MPs) com as novas regras. Lula disse que o Brasil não vai mais sofrer com racionamentos de energia e apagões e prometeu as tarifas mais baixas possíveis. Referindo-se ao racionamento, ele disse que o Brasil não suporta mais sobressaltos:

— Os apagões e o racionamento de energia de 2001 e 2002, que tiveram graves conseqüências para o consumidor, para a situação financeira das empresas e para o desenvolvimento econômico do Brasil, são uma página virada da nossa história. Estão dadas as condições para que não mais ocorram apagões e racionamento em nosso país.

Para atrair mais investimentos e dar segurança aos investidores, quem vencer futuras licitações de construção de usinas hidrelétricas receberá contratos de longo prazo (15 a 20 anos) garantindo a venda da energia que produzir.

As licitações do setor também têm novas regras. Vencerá a empresa que oferecer a menor tarifa. Antes de realizar os leilões de venda, as usinas já terão a licença prévia ambiental.

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmou que o novo modelo tem três objetivos básicos: a estabilidade do marco regulatório, como condição para atrair investimentos; a segurança no abastecimento e tarifas mais baixas.

Ela disse que o Ministério de Minas e Energia assumirá sua função de Poder Concedente, e caberá a ele definir as obras a serem licitadas. Dilma afirmou que essa função está prevista na Constituição e rechaçou as acusações de que o novo modelo é estatizante.

Outra exigência do governo é que as empresas se associem para a compra de energia, que será feita conforme o tamanho do mercado de cada distribuidora. A Light, por exemplo, terá direito a uma maior quantidade de energia do que uma empresa do Nordeste.

Dilma disse que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) será fundamental no novo modelo. A Aneel ficará encarregada das licitações. Já o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ganhará autonomia em relação ao governo e aos agentes. O novo modelo prevê ainda a criação da Empresa de Pesquisa Energética, responsável pelo planejamento de expansão do setor, e do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que vai acompanhar as condições de atendimento.

Lula fez questão de ressaltar que seu governo não muda as regras no meio do jogo:

— O novo modelo garante que tudo vai ser feito de agora em diante de forma muito bem planejada. O Brasil não comporta mais sobressaltos. Por isso, não vai faltar energia nem para o consumo atual nem para o desenvolvimento do país.

**Empresários e especialistas têm opiniões divididas. Para o presidente da CBIEE, que reúne as 15 maiores empresas que investiram no setor, Claudio Salles, é preocupante a concentração de poderes no Executivo.**



Já o ex-presidente da Eletropaulo e atual consultor da BearingPoint Paulo Feldmann diz que o governo tem mesmo de ser centralizador no setor elétrico, lembrando o caso da falência da Enron, nos Estados Unidos. Segundo Feldmann, as autoridades americanas concluíram, depois da crise, que o setor elétrico tem que ficar nas mãos do governo:

— Eles concluíram que energia é um bem público e que não pode ficar livre nas mãos do setor privado.